

# *Revista Trimestral do PJT*

em parceria com:



Coordenadores:

Fábio Fraga  
Luciano Gomes Filippo  
Diogo Ferraz  
Rafael Alves dos Santos

**PJT** | Projeto  
Jurisprudência  
Tributária

Número 1; Março 2021

# *Revista Trimestral do PJT*

**R**evista Trimestral de Direito Tributário do Projeto de Jurisprudência Tributária (PJT), desenvolvida em parceria com a Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) e Grupo de Debates Tributário (GDT).

A presente revista é integralmente on-line e ficará disponível nas plataformas do PJT , (<http://cursopjt.com.br/>), ABDF (<https://abdf.com.br/>) e GDT (<http://gdt-rio.com.br/>)

## **Coordenadores:**

### **Fábio Fraga**

Coordenador Geral do PJT, Membro do Conselho do Mestrado em Tributação Internacional da New York University (NYU) e Professor Convidado da FGV-Rio, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e da Universidad Complutense de Madrid (UCM). Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidad de Salamanca. Doutorando pela Universidade Autónoma de Lisboa. Fundador e Diretor do GDT. Diretor da ABDF.

### **Luciano Gomes Filippo**

Coordenador do PJT. Doutor em Direito Público pela Université Panthéon-Assas, Paris 2 (Universités de Sorbonne) e Mestre em Direito Tributário pela mesma universidade. Membro do Conselho Consultivo da ABDF.

### **Diogo Ferraz**

Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universitat de Barcelona. Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduado em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Membro do grupo de pesquisa sobre o projeto de Diretiva europeia para a criação de um imposto sobre transações financeiras (financial transaction tax – FTT). Membro do Comitê Regional Latinoamericano da ABDF.

### **Rafael Alves dos Santos**

Coordenador do PJT. Advogado. Formado em ciências contábeis. Membro do Conselho Consultivo da ABDF.

## **Conselho Editorial:**

Fábio Fraga  
Luciano Gomes Filippo  
Diogo Ferraz  
Rafael Alves dos Santos  
Gustavo Brigagão  
André Gomes de Oliveira  
Marcos André Vinhas Catão  
Ana Carolina Monguilod  
Carlos Adolfo Teixeira Duarte  
Carlos Henrique Tranjan Bechara  
Flávia Cavalcanti Pepe  
Ana Cláudia Akie Utumi

Roberto Duque Estrada  
Fernanda Drummond Parisi  
Eduardo Barboza Muniz  
Gustavo Damázio de Noronha  
Leonardo Ventura  
Ernesto Trouw  
Micaela Dominguez Dutra  
Daniel Ávila  
Diogo Santesso  
André Melo  
Gustavo Junqueira

# ***Editorial Geral da Revista Trimestral do PJT: 1ª Edição***

Com imensa satisfação, anunciamos a criação da Revista Trimestral do PJT (Projeto de Jurisprudência Tributária), lançada para consolidar a metodologia de análise de precedentes tributários emanados das cortes superiores, tal como já implementado na elaboração do Curso de Jurisprudência Tributária (2ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019) e realizado em aulas presenciais no Curso PJT (<http://cursopjt.com.br/>), desde 2016.

Sobre o Curso PJT, todos os coordenadores trocaram intensas e produtivas ideias desde o ano de 2012, que resultaram em um curso inovador, com diferentes linhas de pesquisa, diversos livros e artigos publicados, tendo por novidade mais recente o lançamento deste periódico.

A finalidade é criar uma plataforma de divulgação dos textos, contendo as análises que alunos e professores já realizam, durante e após o curso, em artigos já lançados. A consolidação dos textos serve tanto para delimitar e aplicar a metodologia de produção de textos que vem sendo utilizada no Curso PJT, quanto para facilitar a divulgação das ideias concebidas por discípulos e mentores, num corpo que se funde para formar um grupo de pensadores cada vez maior, cuja identidade reside exatamente na visão que se partilha acerca do edifício jurisprudencial construído pelo STJ e STF.

Entendemos que não há momento mais propício para essa empreitada, pois, no ensejo em que este editorial é redigido, os aplicadores do direito assistem remotamente - das cadeiras de suas casas, inertes perante as telas de suas máquinas - a julgamentos frios para cujo resultado não se consegue contribuir como antes, quando os julgamentos eram presenciais; e nesta ocasião somos atingidos por uma avalanche terrível de uma sequência de julgamentos, como nunca antes se viu em matéria tributária, que deixam a impressão, em muitos casos, de que algo faltou, seja uma discussão mais rica, seja uma análise mais ponderada e equidistante de interesses econômicos públicos e privados.

As consequências são terríveis e variam da construção do *falso precedente*, da prolação da decisão que não decide ou de obscuridades que aprofundam a insegurança jurídica, para utilizar as expressões de um dos criadores e coordenadores do curso, Prof. Diogo Ferraz. É certo que a jurisprudência do STJ e do STF contém erros, mas também não há a menor dúvida de que são maiores os acertos, o que faz das Cortes Máximas instituições únicas e prestigiadas. E a maior homenagem que a presente Revista pode render aos tribunais superiores do país é a crítica científica e adequada, isolada das paixões que os proveitos financeiros reivindicam.

A metodologia de produção de textos de que o Curso PJT se vale é calcada na análise “sistemático-descritiva”. Ou seja, busca-se sistematizar a jurisprudência mediante uma

descrição dos precedentes. É a chamada *doutrina jurisprudencial*, que elege o texto judicial como fonte exclusiva, dado o caráter pedagógico que exhibe, naturalmente, a produção do magistrado. Sobre essa doutrina particular, disse Mathieu Disant: “o tratamento da jurisprudência jamais foi tão necessário como hoje em dia, época de sobre informação jurisprudencial”.

Tradicionalmente, além da descrição minuciosa do precedente, a *doutrina jurisprudencial* permite apenas a realização de críticas internas ou formais. São exemplos (não taxativos):

- a) falta de coerência e pertinência de precedentes citados (casos em que o precedente mencionado não tem relação com o caso julgado);
- b) a existência de premissas fáticas equivocadas;
- c) utilização de *obiter dictum* (argumentos que não se relacionam com os fatos que constam nos autos) como fundamento;
- d) indicação errônea de jurisprudência pacífica (há decisões que mencionam a existência de jurisprudência pacífica, quando na verdade foram proferidas poucas decisões sobre o assunto);
- e) questões processuais que possam afetar a decisão final;
- f) superposição de questões a serem julgadas;
- g) quando o pronunciamento da decisão não contempla todas as questões que foram discutidas;
- h) falta de coerência e pertinência da doutrina citada.

Todavia, além dessas *inconsistências internas*, na Revista Trimestral do PJT serão permitidas críticas materiais, incluindo-se, portanto, a metodologia *crítico-construtiva*, a partir de textos jurisprudenciais. Amplia-se, desta forma, o escopo metodológico, que permite agora dois cortes: o primeiro é a aproximação *sistemático-descritiva* - mencionada acima; o segundo é a aproximação *crítico-construtiva*, que permite a realização de um juízo de valor a partir do esforço sistemático-descritivo, cuja finalidade é (des)construir uma ideia. Resumidamente:

- 1) 1º passo: descrição sistemática do(s) precedente(s);
- 2) 2º passo: crítica formal e material.

Para construção da denominada *doutrina jurisprudencial*, há uma “regra de ouro”: não se deve analisar doutrina tradicional, entendida como os cursos, manuais e demais livros de autores, assim como artigos de revistas e coletâneas. O texto base será sempre um precedente ou um conjunto deles e nessa peculiaridade reside o grande diferencial da *doutrina jurisprudencial*: ao se analisar texto doutrinário convencional, coloca-se em evidência uma ideia que, por definição, não constitui jurisprudência.

Esperamos, dessa forma, contribuir com o cenário de debates sobre as decisões mais importantes, aquelas que possuem vocação para servir não só como verdadeiros pilares do direito tributário nacional, mas também como as pedras de um sólido monumento a ele devotado.

# **Chamada de artigos para a 1ª edição da Revista Trimestral do PJT**

É também com grande contentamento que gostaríamos de convidar o público em geral para redação de artigo que será publicado na 1ª edição comemorativa de abertura da Revista Trimestral de Direito Tributário do PJT.

Como o STF vem julgando muitos recursos relevantes nesse período de pandemia, a primeira edição da presente Revista será dedicada aos diversos acórdãos já disponibilizados, sem prejuízo de outros temas também relevantes, assim como acórdãos recentes proferidos pelo STJ.

As regras para as publicações são objetivas e seguem abaixo descritas:

- 1) **Não é permitida a citação de doutrina;**
- 2) Deve-se analisar sempre um precedente ou um conjunto de precedentes (por exemplo, as decisões recentes ou correlatas sobre determinado assunto);
- 3) Os artigos devem conter, no máximo, 15 páginas;
- 4) Fonte: Times New Roman, 12, em todo o texto;
- 5) Espaçamento geral: 1,5; e
- 6) Para transcrições: espaçamento simples e recuo de 2,0 cm.

Todos os textos passarão por uma revisão que será realizada por um grupo de professores indicados pelos Coordenadores da presente revista. Os textos que, por alguma razão, não puderem ser publicados na presente edição, serão aproveitados para outras, dentro do possível.

Os artigos deverão ser enviados até o dia 10/03/2021, para o email [contato@cursopjt.com.br](mailto:contato@cursopjt.com.br).

***Revista  
Trimestral  
do PJT  
1ª Edição***

PJT